



i 01-03-2017	Periodicidade: Diária	Temática: Diversos
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1611 cm ²
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 80000	Página (s): 1/2/3

Paulo Ralha, do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, ao i:
“HÁ UM APAGÃO NOS RELATÓRIOS DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO FISCAL ENTRE 2011 E 2014” // PÁGS. 2-3



Radar

Offshores. Faltam dados nos relatórios de combate à fraude ao fisco entre 2011 e 2014

Paulo Ralha, do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, fala num “apagão” que omitiu números sobre operações de fiscalização e valores de impostos por cobrar

MARGARIDA DAVIM
margarida.davim@ionline.pt

“Há um apagão nos relatórios de combate à fraude e evasão fiscal entre 2011 e 2014.” A acusação é feita por Paulo Ralha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), que aponta o dedo à falta de dados nos relatórios produzidos pela Autoridade Tributária durante o anterior governo.

Olhando para estes relatórios, é possível ver o diagnóstico feito pelo governo de Passos Coelho para os problemas levantados pelas transferências para offshores e as soluções encontradas para conseguir tornar mais eficaz a cobrança de dinheiros que saem para paraísos fiscais, mas faltam dados que permitam perceber a dimensão dos fluxos de transferência e a forma como estas saídas estavam a ser fiscalizadas.

Paulo Ralha explica que estes documentos deveriam indicar “o artigo do Regime de Inspe-

ções Tributárias violado, o valor apurado de imposto em falta pela sua violação, o número de operações de fiscalização feitas e de correções a que se procedeu”.

Em vez disso, os relatórios consultados pelo *i* apresentam as medidas que o governo estava a preparar ou já tinha aplicado para combater a fraude e a evasão fiscal. “Há considerações vagas, mas faltam números e dados. São relatórios omissos em termos objetivos”, aponta Paulo Ralha, que nota uma diferença entre os relatórios de combate à fraude e evasão fiscal publicados pela Autoridade Tributária entre 2011 e 2014 e os documentos que foram disponibilizados em 2009 e 2010.

“Nos relatórios de 2009 e 2010 há dados concretos”, afirma o sindicalista. Um exemplo disso está na referência feita no relatório de combate à fraude e evasão fiscal de 2010 a “quatro ações relacionadas com pagamentos a não residentes



Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Diversos

Dimensão: 1611 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



Paulo Ralha nota que os relatórios da Autoridade Tributária se tornaram mais “vagos” durante o consulado de Paulo Núnzio
DIANA TINOCO

COMBATE À FRAUDE FISCAL NAS OFFSHORES

O governo de Pedro Passos Coelho desenvolveu várias medidas para combater a fuga aos impostos através do recurso a offshores que são apontadas nos relatórios da Autoridade Tributária publicados entre 2011 e 2014. Aqui estão exemplos do que foi feito:

- Agravar as taxas liberatórias e taxas especiais de 21,5% para 35% para rendimentos de capitais recebidos de entidades residentes em paraísos fiscais, em sede de IRS.
- Agravar a taxa de tributação de 21,5% para 35% para rendimentos de capitais pagos a entidades residentes em paraísos fiscais, em sede de IRS e de IRC.
- Agravar a taxa de IMI para os prédios detidos por entidades residentes em paraísos fiscais (de 5% para 7,5%).
- Agravar a taxa de IMT para os prédios adquiridos por entidades residentes em paraísos fiscais (de 8% para 10%).
- Alargar os prazos de prescrição das dívidas tributárias (de 8 para 15 anos) e de caducidade de liquidação (de 4 para 12 anos) aplicáveis sempre que estejam em causa factos tributários relacionados com paraísos fiscais.

relativamente às quais havia suspeitas de poderem configurar a tentativa de desvio de fundos de sujeitos passivos nacionais com destino a offshores de que não foi possível confirmar as suspeitas inicialmente existentes”.

Mas há também um ponto no relatório de 2010 que dá conta de seis inquéritos levados a cabo em conjunto com a Polícia Judiciária nos quais foi possível apurar “o montante de 44,6 mil milhões de euros de matéria coletável (IRS e IRC) e 10,5 mil milhões de imposto (IVA) como prejuízo do Estado”.

Nos anos seguintes, os relatórios concentram-se nas medidas a tomar ou tomadas. “E a certa altura já são só um mero copy/paste das intenções”, comenta Paulo Ralha.

OS AVISOS DO TC O caráter vago dos dados disponibilizados nestes relatórios sobre o combate à fuga aos impostos mereceu reparos do Tribunal de Contas.

“Reitera-se a premência na implementação do sistema de informação sobre a atividade de inspeção tributária e aduaneira que tem vindo a ser recomendado pelo Tribunal, visto que representaria um ganho de fiabilidade e rigor na relevação da receita fiscal proveniente do combate à fraude e à evasão, e

Tribunal de Contas fez avisos sobre a necessidade de dados sobre o combate à fraude

“Relatórios têm considerações vagas”, queixa-se o sindicalista Paulo Ralha

um ganho de eficácia no controlo da informação prestada sobre a evolução desse combate”, lê-se no parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2014 emitido pelo Tribunal de Contas.

No parecer, o Tribunal de Contas queixa-se de que o governo apresentou uma estimativa da receita fiscal resultante do combate à fraude e à evasão, mas “não indicou as fontes de informação e os cálculos efetuados nem disponibilizou os dados necessários para a verificação dessa estimativa, cujas principais parcelas são, aliás, inconsistentes com os valores reportados pela Autoridade Tributária”.

“Há vários avisos do Tribunal de Contas e do Banco de Portugal sobre as lacunas dos relatórios publicados pela Autoridade Tributária entre 2011 e 2014”, frisa Paulo Ralha, que não encontra explicações para esta omissão e defende que as respostas deveriam ser dadas pelo então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

NÚNCIO EXPLICA-SE HOJE Paulo Núnzio e Fernando Rocha Andrade, atual responsável pelos Assuntos Fiscais, vão hoje à Comissão de Orçamento e Finanças no parlamento explicar por que motivo não foram publicadas estatísticas sobre as transferências de fundos para paraísos fiscais entre 2011 e 2014, como a lei previa, e porque é que faltam dados relativos a 20 operações reportadas pelos bancos à Autoridade Tributária que correspondem à saída do país de 10 mil milhões de euros para offshores durante este período.

Será a primeira de um conjunto de audições que incluirá também – a pedido do PSD – os diretores-gerais da Autoridade Tributária e Aduaneira que exerceram funções desde 2011, bem como o inspetor-geral de Finanças. Entretanto, é provável que o BE faça um requerimento para ouvir os ex-ministros das Finanças Vítor Gaspar e Maria Luís Albuquerque sobre este caso das offshores.